


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br
SENTENÇA

Processo nº: **0016661-59.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Helio Paulo Rabelo**
 Requerido: **Ronaldo Comparotto e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 30/10/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.
 N. de Ordem: 1737/10

VISTOS

HELIO PAULO RABELO ajuizou Ação **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. CANCELAMENTO DE REGISTRO NEGATIVO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS com pedido LIMINAR**, em face de **RONALDO COMPAROTTO e BRUBELHI REVESTIMENTOS**, todos devidamente qualificados.

Segundo a inicial o autor emitiu um cheque no valor de R\$ 1.510,00 em favor da segunda requerida Brubelhi Revestimentos, para pagamento de compra e instalação de 3.610 metros quadrados de piso laminado que deveria ser entregue 10 dias após e devidamente instalado. Em razão do requerido não ter cumprido o pactuado, sustou o pagamento do título por desacordo comercial. Já o primeiro requerido deve ser responsabilizado por ter plena consciência que nada contratou, tendo recebido da segunda requerida o cheque. Por fim, requer liminarmente a concessão da antecipação de tutela para

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

o fim de obter o cancelamento do protesto lançado em seu nome em razão de inexistir a dívida. Requer ainda, a procedência da ação com pedido de tutela antecipada cumulada com indenização por Danos Morais.

A inicial veio instruída com documentos às fls. 14/18.

Pelo despacho de fls. 19 foi deferida a liminar pleiteada.

Devidamente citado, o requerido RONALDO COMPAROTTO contestou, alegando, preliminarmente: 1) que nenhuma razão assiste ao autor na ação indenizatória uma vez que os fatos não podem ser interpretados de forma simplista; 2) que momento algum alega que o contestante agiu com desídia, negligência ou má-fé; 3) que é terceiro de boa fé e nenhuma responsabilidade pode lhe ser imputada; 4) a venda efetuada foi no montante de R\$ 5.050,00, como parte do pagamento, recebeu da segunda requerida o cheque emitido no importe de R\$ 1510,00; 5) que por negligência do próprio requerente os cheques foram compensados, eis que não conferiram o termo de sustação; 6) que não poderia o Autor sustar o pagamento do cheque, sem antes certificar-se se o mesmo havia sido repassado para terceiro de boa-fé. Pediu a improcedência da ação.

Citado por edital, o co-requerido Brubelhi Revestimentos recebeu curador especial, que contestou por negativa geral, às fls. 102/104. Requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 106/107.

As partes foram instadas a produzir provas, pelo despacho de fls.108. O Autor não pretende produzir provas. O requerido e o co-requerido permaneceram inertes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls.111, o Autor apresentou memoriais às fls. 112/114 e o requerido às fls. 116/127.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não há nos autos dissenso sobre a circunstância do cheque de nº 000978 ter sido emitido por conta de um contrato firmado entre o autor e a corré BRUBELHI REVESTIMENTOS, em pagamento de mão de obra e materiais para instalação de 3.610m² de piso laminado.

Sustenta o autor que o réu não cumpriu com o pactuado, motivo pelo qual sustou o pagamento do título (cheque de R\$ 1.510,00), por desacordo comercial (motivo alínea 21).

O documento de protesto de fls. 18 indica que o título foi sacado “ao portador” e acabou indo parar “nas mãos” do corréu Ronaldo Comparatto, proprietário da Empresa RC Forros e Divisórias; este, como parte do pagamento de um venda de “forros” para a copostulada Brubelli, no valor de R\$ 5.050,00, recebeu a cambial discutida.

Em decorrência do princípio da circulabilidade (uma das características do cheque), o título de crédito pode ser transferido facilmente, ainda mais quando, como no caso, é sacado “ao portador”.

Na medida em que o título circula, incide o “Princípio da Abstração”, segundo o qual ocorre a desvinculação em relação à causa que lhe deu origem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Acerca da natureza não causal do cheque, leciona Fábio Ulhoa

Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeru como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219).

Nesse diapasão vêm decidindo nossos Tribunais:

...Sendo o cheque título cambiário não causal, autônomo e abstrato, o portador nada tem a provar acerca da sua origem, uma vez que, ocorrida a sua emissão, desvincula-se por completo do negócio jurídico subjacente.” (TJSC, Apelação Cível nº 2003.025240-1, Rel. Des. Ricardo Fontes, DJ de 28/04/2005).

Outrossim, a prova amealhada, indica que o corréu realmente recebeu a cártula de “boa-fé”, sendo irrelevante para o desate da controvérsia o descumprimento do “negócio subjacente” e a sustação do quirógrafo por “desacordo comercial”.

A nota fiscal trazida a fls. 73 revela a transação entre os postulados em 25/02/2010.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centervile
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

O autor não impugnou tal sustentação e o copostulado BRUBELHI é revel.

Assim, o título bem como seu protesto permanecem hígidos.

Por fim, o autor tem direito ao ressarcimento dos danos que diz ter experimentado diretamente contra a empresa “Brubelhi Revestimentos”, com quem teria negociado e nada recebeu...

A revelia do aludido demandado permite admitir como verdadeira a não concretização do negócio materializada na nota de fls. 73.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito inicial**, apenas para o fim de condenar a copostulada, **BRUBELHI REVESTIMENTOS**, a pagar ao autor, a título de ressarcimento de danos, que aquele experimentou, o montante de R\$ 1.510,00 (hum mil e quinhentos e dez reais), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centerville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

Ante a sucumbência recíproca as custas e despesas do processo serão rateadas e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos patronos. Em relação ao autor, deverá ser observado que o mesmo é beneficiário da gratuidade de justiça, tudo nos termos do art. 12 da L.A.J.

P.R.I.

São Carlos, 22 de novembro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**